

VIOLÊNCIA CONTRA AS LÉSBICAS NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Laylla Raphaela Santos Cardoso da Silva

Universidade do Estado da Bahia- Campus XIV

laylla_cardoso@hotmail.com

Resumo:

Reconhecendo que as lésbicas sofrem violência interseccional de gênero e sexualidade por serem socialmente reconhecidas como mulheres não heterossexuais, o propósito deste trabalho é apresentar uma pesquisa em andamento no campo dos estudos feministas com foco na violência contra as mulheres no município de Conceição do Coité – Bahia. A pesquisa em questão é desenvolvida no Campus XIV – UNEB para fins de conclusão de curso Licenciatura em História. O desafio aqui é revisar a literatura e trazer para o centro da discussão os sentidos da violência contra a mulher e da lesbofobia como violações dos direitos humanos

Palavras- Chave: Lesbofobia; Violência contra a mulher; violência de gênero.

Introdução

A violência contra a mulher é uma ação construída historicamente, que teve o aval desde primórdios dos tempos, ações essas que se refletem até os dias atuais. Para Tânia Pinafi (2007), em seu artigo intitulado Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade:

A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica — portanto, passível de desconstrução — que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada (PINAFI, 2007, p 01).

A violência contra as mulheres é um produto da construção histórica, porém, o combate para seu controle e erradicação, está se tornando cada vez mais difícil, no século XXI, o mito da impunidade encoraja os homens a cometem atos de violência contra as suas mulheres, mesmo com leis em vigência campanhas e acompanhamentos, os indices de violência cresce a cada dia em todo o país. O crescimento desenfreado

da violência não se restringe apenas a agressões contra as mulheres, ela tem ampla magnitude que, atinge todas as esferas de uma sociedade e Conceição do Coité- BA, local onde a pesquisa se desenvolve, não está aparte desta realidade social. Conceição do Coité está situada no interior da Bahia, cerca de 240 KM de distância de Salvador, a capital. Coité é uma cidade marcada por um quadro de desigualdade social, o que acarreta o aumento nos índices de violência urbana, os bairros periféricos são demarcados pelo histórico de violência.

A “violência” está presente no cotidiano dos coiteenses, sendo está, expressada de inúmeras formas aumento nos índices de acometimentos na cidade, infelizmente aumenta a cada dia e, conseqüentemente, a violência contra a mulher está no ranque da que mais cresce no município. A violência contra a mulher é uma das principais pautas dos movimentos feministas, ganhando mais força a partir da década de 80 com a chegada do termo gênero nos seio do debate, que teve como grande protagonista a historiadora Joan Scott.

A partir dessa década, o termo gênero foi usado para teorizar a questão da diferença sexual [...]. Buscavam dessa forma reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do sexo como questão biológica, e sim, eram definidos pelo gênero, e, portanto à cultura. (OLIVEIRA JR, 2010, p. 3)

O termo gênero vem para dizer que a diferença entre o homem e mulher esta historicamente imposta pela cultura e que a questão biológica não interfere nas diferenças sociais dos indivíduos. Por entender a importância da gravidade deste tema é que surge a inquietação pelo mesmo, este trabalho tem como foco analisar o atual cenário de violência contra a mulher, enfocando nos quadros de lesbofobia em Conceição do Coité, percebendo quais medidas estão sendo tomadas pelo município através de sua rede de enfrentamento.

A violência contra a mulher não é produto exclusivo do século XXI, ela surge juntamente com a humanidade, criando relações de desigualdades entre as pessoas, o que acaba se tornando algo novo é a implicação do problema, sendo assim, a criação de mecanismos de combate e prevenção, diante de algo que ganha a cada dia mais dimensão. A violência contra a mulher não distingue classe, raça/etnia, ela engloba todas as esferas sociais. Como afirma Leila Bijos (2004):

A violência de gênero é um fenômeno que desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – tanto no espaço público como no privado – e

ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos. (BIJOS, 2004. p: 118)

Ao falar de violência de gênero, precisamos deixar exposto que a violência sofrida por mulheres negras é diferente das sofridas pela mulher branca, tendo o agravante o racismo, que permeia a nossa sociedade. Devemos considerar as relações de dominação do homem para com a mulher, percebida como vítima da opressão masculina, independente de sua esfera social, a mulher está sujeita a sofrer deste fenômeno em qualquer fase de sua vida, podendo partir de estranhos e, como na maioria das vezes, por pessoas próximas. Junto com as relações de dominação criam-se o mito da fragilidade, colocando a “mulher” em um patamar de delicadeza, o ser mulher é educada dentro desse mito.

Existe um mito que ele é permeia a sociedade e que nós crescemos aprendendo sobre isso, que é o mito da fragilidade, é claro o mito da fragilidade, ele vai atingir as mulheres negras e mulheres brancas de uma maneira muito diferentes, por que ai tem uma questão racial que é muito forte, né. Mas, o que é que diz esse mito da fragilidade que as mulheres são fracas e que os homens são fortes, a partir desse mito, nos também crescemos aprendendo que nos por sermos fracas, nós nunca podemos vencer, né um homem e assim uma gente aprende a nunca reagir as violências [...], nos somos educadas a ouvir as violências e não a reagir a nenhuma delas, né, isso faz parte do mito da fragilidade (SHEILA NASCIMENTO, 28/03/2017).

Atualmente nós mulheres já estamos nos libertando desses padrões impostos pela sociedade. O desejo pela realização deste trabalho surgiu após uma reflexão sobre a situação das mulheres no município de Conceição do Coité, com base no que se discute na universidade, podendo refletir sobre os problemas sociais que o município, onde a mesma está situada, acaba sofrendo.

A violência sofrida pelas mulheres vem crescendo e ganhando mais visibilidade em todo país este é um problema global, que não acomete apenas as metrópoles, no interior a sua presença ainda é muito forte. A justificativa para a construção deste trabalho se dá pela pouca quantidade de pesquisas relacionadas às mulheres lésbicas no município de Conceição do Coité. Sendo participante de grupos de estudos o GLEIGS¹, grupo que discute sobre a diversidade sexual, dentro da universidade, percebo o quanto essas rodas de conversas e trocas de conhecimento muda o quadro estático da universidade. Dentro da fala de Rosane Viera, atual diretora do departamento acadêmico do campus XIV, cedida durante uma Roda de Conversa: auto defesa para mulheres

¹ Grupo de Leituras e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade

como trilha de empoderamento feminino, uma agenda Feminista Março Lésbica, ação de extensão desenvolvida no campus XIV pelo projeto “Lesbianidade em Movimento”, podemos perceber o real objetivo dos grupos de discussões, dentro do ambiente acadêmico.

Tirar, desvelar no sentido mesmo feminológico desvelar essas pautas que não apareciam entende? Que muita gente que é aquelas pessoas conservadoras preconceituosas consideram como ai agora ta se discutindo muito isso ta sendo uma ditadura é, vou pra não ser violento como muita gente é, vou falar assim ta sendo uma ditadura da diversidade, né vou usar até essa forma, mais não é simplesmente uma ditadura da diversidade é simplesmente o fato da gente ta desvelando certas pautas que antes eram sempre invisibilizadas, é tentando fazer com que a universidade seja viva, ou seja, se há pessoas do movimento negro, né para não dizer simplesmente negro, mais o movimento negro lá fora tem que ta aqui dentro, se há lésbicas e movimento lésbicos lá fora esse movimento tem que ta aqui dentro, entende? Se você tem movimentos feministas lá fora tem que ta também dentro da universidade discutindo utilizando a metodologia científica também porque é mais um agenda, uma agenda numa demanda contemporânea, então o que fica parecendo que é uma ditadura não é, é democracia! O que antes a gente não via, a gente via uma ditadura de um olhar é universitário branco heterossexual, cristão é machista, né isso que vivia aqui né, agora a gente ta tentando, não to falando só agora campus XIV, mas é um movimento mundial a gente ta vivendo um processo de sair desse estado de pausa de invisibilidade que a gente vive e toda vez que há uma tentativa política de sair disso a gente recebe uma onda conservadora dizendo que nos agora somos uma ditadura da diversidade sendo que a gente só ta aparecendo (ROSANE VIERA, 28/03/2017).

Analisando essa fala de Rosane Vieira, percebemos que estamos avançando, apesar do conservadorismo ainda pairar nas cabeças de algumas pessoas dentro ou fora da universidade, os movimentos sociais, abarcando todos os movimentos, está seguindo em frente, as discussões do âmbito acadêmico estão sendo feitas, trabalhos acadêmicos estão sendo realizados, como é o caso deste trabalho.

Sabendo que o número de mulheres que se sentem seguras de se assumirem lésbicas crescem todo o mundo e, a realidade social de Conceição do Coité não seria diferente. As violências retratadas pelas mulheres extrapolam a violência física e verbal, ela atinge principalmente a moral das mesmas, por não serem respeitadas e principalmente julgadas pela sua orientação sexual.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma discussão acerca da violência contra as mulheres lésbicas no território do sisal, mais precisamente no município de Conceição do Coité, elencando as suas tipologias e quais as políticas públicas que o município esta tomando para a segurança e bem estar das mesmas. Lembrando que a violência contra a mulher no município ocupa um dos maiores indices de violência urbana e rural da cidade. As fontes que serão utilizadas para a construção

desse trabalho será a fonte oral, vindos de entrevistas cedidas por mulheres que passam ou já passaram em algum momento de suas vidas por um/uns episódios de violência, além de áudios cedidos durante uma Roda de Conversa: auto defesa para mulheres como trilha de empoderamento feminino, uma agenda Feminista Março Lésbica, ação de extensão desenvolvida no campus XIV pelo projeto “Lesbianidade em Movimento”. A discussão sobre a fonte oral será embasada nas nos estudos de Paul Thompson, em especial “A voz do passado: história oral (1992)” e José Carlos Meihy, “Manual de história oral (1996)”. Esta pesquisa terá o levantamento de dados da única delegacia de polícia do município de Conceição do Coité. A metodologia utilizada será a pesquisa de campo da qual precisara ser feita para a busca de fonte e suas análises.

Esse estudo pretende expor como as mulheres que sofrem violência são tratadas, qual o aparato que elas recebem ao procurarem ajuda, e quais medidas são tomadas para sua proteção. Pretende ainda mais, mostrar o que a administração pública, juntamente com os outros órgãos que se denominam a REDE estão realizando para diminuir os casos de violência contra a mulher.

Tornam-se necessárias políticas públicas transversais à perspectiva de gênero, articuladas com os Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do planejamento. Estas deverão atuar no sentido de transformar as relações, incorporando a ideia de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. (GOMES et al 2007. p.506)

Para pensarmos em combater a violência, é preciso refletir no que a provoca. Com base no que Blay define, “precisamos nos preocupar com as políticas públicas, que demonstre que homens e mulheres são iguais perante a lei, e que a diferença biológica não diminui a mulher em nenhum sentido” (BLAY, 2003). A Lei 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha publicada, em sete de agosto de 2006, conjectura medidas para a prevenção a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei determina várias políticas públicas, que garante a igualdade de gênero, garantindo assim, que todas as mulheres independentes de classe, orientação sexual, renda financeira, dentre outros tenham seus direitos assegurados. Mas, sabemos que as leis não inibem os homens a cometerem a violência, por esse motivo é importante à utilização das políticas públicas, para o combate, e prevenção à violência contra mulher.

Lesbofobia, o que eu tenho haver como isso?

É direito de todas as mulheres terem uma vida livre de violência e discriminações, porém, a sociedade machista da qual estamos inserida, não aceita e desrespeita a orientação sexual das

mulheres, colocando essas mulheres em uma condição de violência e preconceito. Segundo o relatório sobre violência homofóbica no Brasil (2013), no ano de 2012, foram registradas pelo poder público, 3.084 denúncias sendo 9.982 violações relacionadas à população LGBT no Brasil. Para refletimos acerca da lesbofobia, trouxe um pequeno relato extraído da fala de uma ativista do movimento lésbico e professor Sheila Nascimento, lésbica negra, ativista negra, lesbofeminista, atuante da onda LGBT SOL, que é uma onda de sua cidade natal, Jequié-Ba, é uma organização mista criada durante uma Roda de Conversa: auto defesa para mulheres como trilha de empoderamento feminino, uma agenda Feminista Março Lésbica, ação de extensão desenvolvida no campus XIV pelo projeto “Lesbianidade em Movimento”, do qual ela descreve a lesbofobia, da sua real forma.

Pensando a questão da lesbianidade, é importante pensar como a lesbofobia potencializa ou como ela coloca as lésbicas numa situação de violência muito específica, né, por exemplo, o estupro coletivo, é um tipo de violência contra a mulher, específico contra as mulheres lésbicas, quer que o estupro coletivo? É aquele ato, onde o agressor entende que esturpando aquela mulher ele vai corrigir essa sexualidade que é desviante, né, sair da lesbianidade para corrigir para a heterossexualidade, esse é um tipo de violência específico das mulheres que recai sobre as lésbicas (SHEILA NASCIMENTO, 28/03/2017)

Diante desse cenário de violência contra as mulheres lésbicas, precisamos colocar em foco a questão do preconceito e da lesbofobia. Para Jessica Ipólito 2013 (*apud* GOMES; FEHLBERG; 2014) defende o uso do termo lesbofobia, declarando que a violência sofrida por homens gays não é a mesma sofrida pelas mulheres lésbicas [...] o termo “Homofobia” não “carregue gênero”, é usualmente atribuída aos homens. Homofobia e Lesbofobia, assim, “seriam palavras distintas que atingem sujeitos distintos”. (IPÓLITO, 2013). Sendo assim o uso do termo lesbofobia destinado as mulheres lésbicas nos casos de violência, colocando assim, a violência sofrida pelas mulheres em evidência.

En nuestra cultura el uso de la categoría lesbofobia no está tan extendido como el de homofobia; nada extraño si tenemos en cuenta que, comparativamente, son muchos más los estudios existentes sobre homosexualidad masculina y que muchos de éstos incluyen a las mujeres lesbianas en la categoría de “los homosexuales” o en la de “personas homosexuales” sin analizar sus especificidades (LORENZO, 2012, p. 125)

Assim como Ipólito, Ángela Lorenzo, afirma que precisamos está mais atentos ao uso da categoria homofobia, já que é uma categoria destinada aos homossexuais, porém as mulheres este termo se diferencia, daí entre a categoria lesbofobia, que vem para evidenciar as especificidades de

cada gênero. A nossa sociedade ainda estigmatiza a sexualidades de seus indivíduos, gerando assim uma construção política de opressão, dominação e subordinação das mulheres lésbicas (LORENZZO, 2012, p 125). Dentro da categoria “lesbofobia” encontramos os conceitos de sexismo, machismo, homofobia e a misoginia. A lesbofobia diminui a mulher, pela sua sexualidade. Podemos perceber na fala da Sheila Nascimento.

Vivemos em um país que tem uma história, uma cultura que ela é machista, né e isso quer dizer que as mulheres elas estão é expostas há uma serie de violências muito especificas, né, a todas elas, a todas nós e essas violências podem ter várias dimensões que eu acho que todo mundo já deve ter ouvido falar se não é importante lembrar não só a violência física, mas também a psicológica a simbólica a patrimonial e etc. (SHEILA NASCIMENTO, 28/03/2017)

O sexismo constrói uma postura de discriminação na qual as mulheres são as afetadas. Essa postura esta presente no cotidiano social, construindo um caminho em que os maiores conceitos a ser seguidos são o desprezo, a desqualificação e a violência contra a mulher, percebendo a mulher como coadjuvante na sociedade machista, onde essa mulher apenas receberá os frutos dessas condutas, não podendo questionar ou se impor frente a essa sociedade.

O machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que muitas vezes mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher. Existe também o machismo dito ideológico, na qual oferece modelos de identidade tanto para os homens quanto para as mulheres, é um machismo aceito por “todos”, mediado obviamente por um homem (DRUMONT, 1980).

É atreves deste modelo normalizante que homem e mulher “tornam-se” homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos. (DRUMONT, 1980, p: 81)

O machismo inviabiliza o papel da mulher dentro da sociedade, na qual a mesma tem que se limitar aos padrões estabelecidos, tendo o homem como o chefe das relações tanto amorosas quanto familiar. Todas as práticas que não condizem com os modelos estabelecidos pelo machismo ideológico são condenados. Os homens e mulheres desde criança aprendem determinados comportamentos que são classificados como o comportamento de menino e o comportamento de menina, estabelecendo assim os papéis de cada indivíduo na sociedade.

O machismo constitui um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre o homem e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierárquicos, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMONT, 1980, p: 82)

O machismo é a forma de hierarquizar as posições dos homens em relação às mulheres. Ele supercodifica a representação de uma relação de poder, produzindo duas linguagens uma masculina e uma feminina (DRUMONT, 1980). Criando produções e reproduções de quais os papéis os homens e as mulheres devem ter em uma sociedade que seguem esses moldes. Numa sociedade machista/ patriarcal a maioria dos homens se baseia no modelo da família tradicional, visto que o papel da mulher é ser a cuidadora do lar e dos filhos, o papel dos homens é proteger e financiar as despesas da casa. E quando a mulher se recusa, ou não segue totalmente esse modelo de família dito como tradicional, não há negociação na maioria das vezes com o seu parceiro, levando o homem a cometer a agressão ou até mesmo o homicídio dessas mulheres.

A violência decorre de diversos fatores, o homem embasado na cultura machista, carrega atitudes violentas que refletem como atos corretivos. Geralmente, os homens ao tentarem explicar as agressões cometidas com as suas parceiras, costumam dizer que primeiramente procuram dialogar com elas, mas como não foram compreendidos assumem atos violentos contra as mesmas (MINAYO, 2005). Ou seja, os agressores tentam argumentar que a mulher, desencadeou a violência, uma vez que, foram avisadas, se não mudarem determinado comportamento, que na cabeça do homem machista é incorreto, seriam punidas de alguma forma e a violência doméstica é a principal escolha.

A violência contra a mulher [...] trata-se de um fenômeno que requer a mobilização de toda a sociedade. Exatamente pelo fato de a violência intrafamiliar e a doméstica estarem escondidas, de não estarem exposta como a violência cometida nos espaços públicos, seu combate exige um número de soldados. Cada cidadã (o) é um desses numerosos soldados, cuja tarefa fundamental consiste em zelar pela harmonia das relações familiares e domiciliares e, mais amplamente, pela harmonia de todas as relações humanas. (SAFFIOTI, 1997, p 40)

Helieth Saffioti tende a trazer para o centro da discussão, a participação de toda a sociedade na defesa dos direitos das mulheres e não apenas das mulheres, mas uma defesa dos direitos humanos, no qual, toda a sociedade deve caminhar junta para o cumprimento do mesmo. Ainda que, a violência de gênero encontre-se sobre tutela do estado, ela é de responsabilidade social e deve ser denunciada por todos os cidadãos (BIJOS, 2004. p.113). Embora, seja dever dos cidadãos

denunciarem os atos de violência, também é dever do Estado fazer a sua prevenção, tendo como base suas políticas públicas, como afirma Lila Bijos (2004), “urge, assim, pressionar o Estado Brasileiro para que intervenha, por meios de políticas públicas dirigidas a família e a mulher, coibindo e, principalmente, prevenindo a vitimização desta última” (BIJOS, 2004 p.114).

Nossa sociedade analisa a violência sofrida pelas mulheres com grande magnitude de gravidade, quando a mesma é praticada de forma chocante ou ostensiva. Muitas vezes, a violência contra a mulher é exposta pela mídia com base no seu sensacionalismo, bem como na sua maioria a mulher é caracterizada como a causadora da violência, destinando ao papel masculino a condição de resolver as questões que, conseqüentemente o levou a cometer um determinado ato de violência.

A sociedade considera normal e natural que, os homens maltratem suas mulheres. A violência física, sexual, emocional e moral não ocorrem de forma isolada, quaisquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional sempre estará presente. A violência de gênero mais especificamente a intrafamiliar e a doméstica são tênues aos limites entre a quebra de integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p: 75)

Conforme Saffioti (2004) a violência doméstica é a que está no limite da quebra da integridade da mulher, onde a mesma precisa ali aceitar o seu destino, traçado por uma sociedade machista e patriarcal, para as mulheres.

Os assassinatos desenfreados de mulheres no Brasil demonstram como a “cultura de violência”², ganha a cada dia proporções maiores, tornando-se mais difícil o seu controle. Como sinalizado anteriormente, a violência contra a mulher está impregnada no cotidiano dos indivíduos, sendo percebidas como costumeira e sem grandes importâncias, não sendo levada como um fenômeno importante que, afeta as esferas públicas e privadas. A esses assassinatos de mulheres dar-se o nome de feminicídio.

O feminicídio acontece quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um ambiente no qual a vida dessa não esta segura nas suas comunidades e lares. Também ocorre o feminicídio quando as autoridades não cumprem suas tarefas legais de maneira devida (SILVA, 2010 p. 33).

A nossa sociedade é patriarcalista, onde o homem entra como categoria social, ele que detêm o poder nas mãos, podendo controlar a mulher em todos os sentidos seja: na sua vida, nos seus desejos, na sexualidade, no seu corpo. Na cultura patriarcal o homem carrega o estereótipo de

² Termo usado por Lurdes Bandeira.

macho, procriador e, a mulher, simplesmente, atua como subordinada. Para as autoras Martha Giudice Narvaz e Sílvia Hekena Koller (2006), “o patriarcado não designou o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social”. (NARVAZ e KOLLER, 2006. p. 50.).

Em nossa sociedade o gênero vinha sendo construído e mantido de forma hierárquica e extremamente binária de maneira que os protagonistas dos espaços seriam os homens e as mulheres ficariam nos bastidores, dando apoio ao triunfo uma complementação de tarefas. [...] A mídia mostra bem este lugar de fala [...]. De maneira sutil ou não, estes meios de comunicações e suas transmissões acabam por incentivar um modo de ser e vivenciar-se enquanto homens e mulheres marcando por estereótipos de gênero que jogam politicamente com igualdades e desigualdades. (WESTPHAL; TAMANINI, 2015. p.5).

A nossa sociedade demarca, muito bem, os lugares de fala dos homens e das mulheres, a exemplo dos meios de comunicações que reforçam esses estereótipos de desigualdade. Para Luise Audino Tilly (1994), deve haver uma confrontação, no que diz respeito à história das mulheres, para assim ter a possibilidade de modificar a história como seu conjunto, as mulheres são mais que uma categoria biológica, elas existem socialmente, suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais, vindas de estruturas de poder (TILLY, 1994).

Ao analisar o contexto de violência contra a mulher, é preciso haver essa confrontação, para que a situação seja modificada e cada vez mais as mulheres tenham seus direitos garantidos e respeitados. Esse confronto permitirá que as estruturas de poder se reestruturam e assim abram mais espaços para as mulheres.

A violência, em todas suas esferas se caracteriza no rompimento de liberdade e de ação, o indivíduo que sofre determinado tipo de violência, se priva do seu direito de alvedrio de suas ações, estando em um patamar de subordinação do outro, estando sujeito a danos maiores que físicos. Stella Cavalcante (2005) observa que, a violência consistir em:

Uma série de atos praticados de modo progressivo com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço construído e a prevenção de sua identidade como sujeita das relações econômicas, políticas, éticas, religiosas, eróticas [...]. No ato da violência, há um sujeito [...] que atua para abolir, definitivamente o suporte para essa identidade, para eliminar no outro os movimento do desejo, da autonomia e da liberdade (CAVALCANTE 2005 *apud* OLIVEIRA FILHO, 2010)

A violência poda a autonomia do indivíduo, fazendo com que o mesmo fique a mercê do desejo do dominador. Analisando as políticas públicas desenvolvidas no município estudado a Rede

de enfrentamento a violência contra a mulher, no município de Conceição do Coité, lutava pela implantação de uma delegacia especializada no atendimento as mulheres, proporcionando assim para a vítima um atendimento especializado, capaz de lhe dá todo o suporte necessário para o momento delicado que a mesma está vivendo. Saffioti vem dizer que, para as funcionárias das DEAMs, atender as mulheres com serviços especializados, elas precisam conhecer as áreas das relações de gênero, já que é impossível compreender a ambiguidade feminina sem estabelecer contatos com o conceito de gênero (SAFFIOTI, 2004). A luta das mulheres do sisal passa a ser pelo fim da violência no município de Conceição do Coité, um conselho de mulheres foi formado a fim de da todo aparato da campanha pelo fim da violência.

Contudo, a luta das mulheres no território do sisal se iniciou na década de 80, seguindo firme ate os dias atuais. Os movimentos de mulheres com o intuito o enfrentamento e a erradicação da violência contra a mulher ganhou novas companheiras de batalha com o passar dos anos, algumas muito marcantes, mas sempre com o mesmo objetivo. Ainda há muito a ser feito e a luta não pode parar.

Por fim, diante da sociedade machista da qual nos encontramos é importante trazer para o centro essas discussões acerca do preconceito e da violência que as mulheres lésbicas sofrem, no município de Conceição do Coité. Colocando também em evidencia o silenciamento das mulheres vitimas, devidos a diversos fatores que as podam de se expressarem. Não estamos diante apenas do machismo da sociedade, mas também, do preconceito enraizado, que está vitimando e matando as nossas mulheres. Enfim, diante desse cenário é de grande valia essas discussões principalmente no mundo acadêmico do qual há uma defasagem de trabalhos relacionados a esse tema.

Referências bibliográficas

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA FILHO, Deraldo Júlio de. **Violência contra a mulher em conceição do coité: Uma busca por visibilidade**. 2010, 25 f. Curso Licenciatura em História, Conceição do Coité, 2010.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO , Tâmara Maria de Freitas. **Compreendendo a violênciadoméstica a partir das categorias de gênero e geração**. Acta Paul Enferm, 2007; 20 (4): 504-508.

GOMES, Eduardo Rezende de Almeida; FEHLBERG, Jamily. **Lesbofobia: a construção de um novo conceito.** Psicologia & foco vol. 4 (1). Jul/dez 2014

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo.** Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

LORENZO, Ángela Alfarache. **Lá Construcción Cultural de la Lesbofobia. Uma aproximación desde la antropología.** In. Homofonia: laberinto de la ignorância / Julio Muñoz Rubio, coordinador, - México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciências y Humanidade: Colegio de Ciências y Humanidade, 2012. p.125-146.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência.** Ciência e Saúde Coletiva, 10 (1): 18-34, 2005.